

Governo começa a "fritar" seus líderes

O governo decidiu trabalhar para substituir alguns dos principais líderes de partidos que apóiam o presidente Fernando Collor, como resposta à rebeldia dos parlamentares nas votações desta semana. Numa das votações mais importantes, destinada a manter os vetos presidenciais à Lei de Benefícios da Previdência, o governo conseguiu 41 votos a seu favor contra 264. Na quarta-feira, líderes como Amaral Neto (PDS) chegaram a discursar pedindo votos contra o governo.

Carbonização

Na realidade, o governo começou, há três meses, a emitir sinais de que está em curso um processo de "carbonização" de pelo menos três líderes importantes: Amaral Neto, Gastone Righi (PTB) e Ricardo Fiúza (PFL). O processo mais avançado é o de Amaral Neto, que troucou a política do "é dando que se recebe" pela do "bateu, levo" e tem entrado em choques constantes, por causa das várias indicações para o comando de empresas estatais feitas por ele, todas recusadas pelo Palácio do Planalto.

Ao se reunir ontem com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para avaliar o desastre do governo na votação de quarta-feira, o presidente Fernando Collor estava irritado e ao pedir explicações ouviu uma justificativa de Passarinho (coordenador político do governo) que o deixou mais furioso ainda: "O que aconteceu no Congresso mostrou que eu era um general sem tropa e que no plenário havia uma tropa sem general".

Sem orientação

Na primeira reunião de trabalho entre ambos após a viagem do presidente ao Japão, Passarinho disse a Collor que nunca tinha visto tanta desordem entre os líderes governistas. "O líder do PRN simplesmente desapareceu e um deputado do partido (João Agripino, da Paraíba) su-



O ministro Passarinho se queixou ao presidente Collor da falta de liderança no Congresso: "Havia uma tropa sem general".

biu à tribuna para dizer que iria votar contra o governo por falta de quem lhe desse alguma orientação".

Para tranquilizar o presidente, o ministro da Justiça afirmou

ter certeza de que o Senado não ratificará a derrubada do voto presidencial à lei de benefícios da Previdência, decidida pela Câmara. "Eu conversei com o senador Fernando Henrique

Cardoso (PSDB-SP) e ele concordou que no Senado o voto será mantido. A oposição não tem 38 votos para repetir a proeza conseguida na Câmara", disse Passarinho.

Presidente se considera traído por seus aliados

Logo depois de ouvir do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, a narrativa sobre o comportamento da bancada que apóia o governo e que se rebelou durante a semana em votações importantes, o presidente Fernando Collor acionou o computador instalado em seu gabinete e anotou dezenas de "traições".

Essas "traições" serão cobradas de parlamentares que, em

bora tenham contado com toda a simpatia do governo na indicação de cabos eleitorais para cargos públicos, integraram a bancada dos rebeldados. O presidente comentou com um ministro que a atitude destes congressistas rebeldes está sacrificando o País. Collor disse que eles estão em fim de festa e agora querem agradar não se sabe quem, sem quaisquer justificativas.

Derrotas são atribuídas a ausências de líderes

A crise que eclodiu nos últimos dias no relacionamento entre o Executivo e o Congresso Nacional é provocada pela ausência dos líderes governistas na Câmara, Renan Calheiros (PRN-AL), e no Senado, José Ignácio Ferreira (PST-ES), engajados em campanhas difíceis pelos governos de seus Estados. A avaliação foi feita ontem por um ministro, segundo o qual "os titulares nas lideranças acumularam nos oito meses do governo Collor experiências que fazem falta neste momento". O mesmo ministro destacou, como agravante, o fato de que o novo coordenador político do governo, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, assumiu o cargo há apenas três semanas.

Negociações

"O clima no Congresso está tenso, e os parlamentares mantêm um sentimento belicoso em relação ao governo", disse um auxiliar do presidente Collor. Esse colaborador repeliu, porém, as críticas que vêm sendo feitas ao líder em exercício na Câmara, deputado Humberto

Souto (PFL-MG), lembrando que esse parlamentar teve um papel decisivo na aprovação dos projetos que tratam do Sistema Único de Saúde (SUS) — única vitória registrada recentemente no Legislativo pelo governo.

O presidente Collor comunicou ao ministro Jarbas Passarinho que vetará integralmente as alterações da Medida Provisória 249, de autoria do deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), que trata da Plano de Benefícios da Previdência e foram aprovadas anteontem pelo Congresso, por acordo de lideranças. Mas Collor autorizou Passarinho a negociar com as lideranças no Parlamento o envio de um projeto de lei que complemente a lei de benefícios, sem tantos sacrifícios para a União.

"O governo não tem dinheiro para pagar os benefícios que o Congresso quer dar aos aposentados. Por falta de caixa, a única solução é o voto, apesar da impopularidade da medida", justificou o ministro.

Collor ressaltou a importância da manutenção do voto: "Se ele for derrubado e a lei de benefícios da Previdência entrar em vigor, haverá o caos".